

RECURSO ESPECIAL Nº 1.715.593 - RS (2017/0323026-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : MATIAS FLACH - RS045066
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
RECORRIDO : NOELMA MARIA MONDADORI TONNETTO
INTERES. : JOAO CARLOS TONNETTO
ADVOGADO : FERNANDA GARCEZ - RS060263

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.
2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 20/07/2017.

Concluso ao gabinete em: 09/01/2018.

Ação: embargos à execução de título judicial, opostos por NOELMA MARIA MONDADORI TONNETTO, tendo por objeto contrato de compra e venda com pacto de hipoteca.

Sentença: julgou procedentes os embargos à execução, determinando a adequação do débito objeto da execução aos parâmetros estabelecidos na ação revisional.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente.

Recurso especial: sustenta violação do art. 739-A, § 5º do CPC, alegando, em síntese, a ausência de preenchimento dos requisitos necessários à

propositura dos embargos à execução.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 188, 277, 283 e 475-J do CPC, indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado

O TJ/RS assim se manifestou para o deslinde da controvérsia:

Assim, não há falar em extinção dos embargos à execução pelo fato de os executados não terem apontado o valor devido ou apresentado memória de cálculo, **pois não se trata de simples excesso de execução, não se aplicando ao caso o artigo 917, §3º e 4º, I e II, do NCPC.**

No mérito, deve a embargada arcar com o ônus da sucumbência, uma vez que deu causa ao ajuizamento dos presentes embargos à execução.

Ao que verifico, os embargantes haviam ingressado com ação revisional ainda em 14/08/2006 (fl. 15), sendo que a embargada, mesmo sabendo que o contrato se encontrava sendo questionado pelos apelados, ingressou com a lide executiva do título em abril de 2011.

De qualquer forma, **o fato de a apelante ter informado nos autos da execução que havia providenciado a readequação dos valores executados com base na decisão transitada em julgado na ação revisional (fls. 80/91) está por representar o reconhecimento do pedido dos embargantes.** (fl. 318/319, e-STJ)

Verifica-se que a recorrente deixou de impugnar os seguintes fundamentos, quais sejam, não se trata de simples excesso de execução, mas de adequação da execução aos parâmetros estabelecidos na ação revisional. Tampouco refutou a afirmação de que houve o reconhecimento do pedido por parte dos embargados.

Superior Tribunal de Justiça

Como tais fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, neste caso, as Súmulas 283/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em R\$ 200,00 os honorários fixados anteriormente, ressalvada eventual concessão da gratuidade da justiça.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora